



percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar

**DECOLONIZANDO O AMBIENTE ESCOLAR:
OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS E O QUESTIONAMENTO
DA ESTRUTURA ESCOLAR COLONIAL.**

Felipe Silva de Freitas
Universidade Federal de Goiás e
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
felipesilvade Freitas2@gmail.com

Resumo: A década de 2010 foi marcada por intensas manifestações políticas, dentre elas, no Brasil destaca-se as ocupações secundaristas. Tais ocupações no Estado de Goiás teve por motivo barrar a transferência da gestão escolar para Organizações Sociais, entretanto, ao longo dos 60 dias de ocupação percebe-se que os estudantes secundaristas possibilitaram uma luta contra colonialidades do ser, saber e poder. A produção deste artigo é possibilitada pela observação do período das ocupações e ancora-se em uma análise das ocupações secundaristas amparado pela teoria decolonial. Seu problema central debater sobre a escola enquanto uma instituição que serviu como uma ferramenta colonial de dominação através da disseminação da religiosidade, língua e dos costumes e atualmente como uma mantenedora das colonialidades do ser, saber e poder; para além disso debatemos como os estudantes secundaristas possibilitaram quebrar minimamente durante o período das ocupações como estas colonialidades que perpassam a nossa forma de pensar, agir e ser.

Palavras-Chave: Ocupações Secundaristas; Decolonial; Ocupas.

Introdução

Qual é a real funcionalidade da instituição escolar na atualidade? Para que nos serve a escola? Porque aderimos determinadas práticas pedagógicas em detrimento de outras? Porque escolhem estudar determinados conteúdos em detrimento de outros?

Porque valorizam determinadas características e valores? Essas são perguntas que recorrentemente perpassam inicialmente meus pensamentos ao refletir sobre a instituição escolar.

Refletir sobre estes questionamentos é também dizer sobre epistemicídio de populações subalternizadas (CARNEIRO, 2005), orientalismo (SAID, 1990) produzido como forma de barbarizar o diferente, as discussões ocultadas de gênero e sexualidade (FARIA, 2018) de raça e etnia (RODRIGUES, 2019) e demais temas que parecem não ser interessantes ao *status quo*.

Nos propomos portanto a questionar o ambiente escolar, assim como já fizeram outros, do porque este ambiente sendo um espaço de produção de sujeitos que estejam compromissados com a diversidade, com o respeito, sabendo conviver em sociedade, ainda reproduzem colonialidades (QUIJANO, 2007) que fortificam a imagem do “homem universal” e demarca um posicionamento em um projeto político que não corresponde com o preconizado em seus projetos políticos pedagógicos, e nos diversos documentos educacionais.

Para tanto, tentamos compreender a base colonial da instituição escolar no Brasil, e nos aprofundamos no processo de ocupação secundarista das escolas estaduais para perceber o anseio que os estudantes tem em debater temas como gênero, sexualidade, etnia, raça, intolerância religiosa e demais temas que possibilitam o rompimento com uma visão de mundo que iniba, proíba e afaste a diversidade.

As ocupações secundaristas constituíram-se enquanto um espaço de “intensas trocas e momentos únicos no espaço escolar, que fizeram com que os estudantes refletissem sobre o sistema colonial brasileiro, questionando a sua colonialidade” (FREITAS, 2020, no prelo) desta forma, os estudantes durante a ocupação iniciaram um processo de debate sobre questões étnicas e raciais, que em diversos momentos não apareciam nas aulas.

Nos propomos para tanto a dividir esse momento de reflexão em três momentos distintos que tangem a discussão da origem da instituição escola no Brasil, as ocupações secundaristas como uma forma de apresentação de um possível rompimento com colonialidades perpetuadas pela instituição escola, e a terceira que tange a compreensão do que deve ser abarcado no currículo para que possamos iniciar um processo de

combate às desigualdades e proporcionar um ambiente educacional comprometido com a equidade e o respeito a diversidade.

A Ordem Jesuítica e a Educação Colonial: o início da instituição escola

Antes mesmo de afirmar uma decolonização do ambiente escolar, faz-se de extrema importância apresentar o que nós consideramos colonial na estrutura escolar; não existe decolonização de ambientes e pessoas que não sofreram o processo de colonização, e portanto, dizer sobre decolonização do ambiente escolar é antes de mais nada afirmar que a escola é uma instituição colonial, aos moldes que são apresentados. Essa afirmação pode ser apresentada com base na historicização da educação brasileira.

Como sabemos a história da instituição escola/casas de ensino¹ no Brasil remete a chegada da Ordem Jesuítica ao Brasil², que apesar de ter a principal missão a catequização e conversão dos “gentis”³ ao catolicismo como uma forma de barrar os avanços do protestantismo no mundo (NETO & MACIEL, 2008), a ordem encontrou problemas de comunicação com os gentis, que foram contornadas com o ensinamento do português e conseqüentemente ensinamentos dos modos de viver europeu/colonial.

O projeto educacional da Ordem Jesuítica segundo Alexandre Shigunov Neto e LÇizete Shizue Bomura Maciel ultrapassaram a amplitude da catequização e propôs a implementação de “mudanças radicais na cultura indígena brasileira, ou seja, era um projeto de transformação social” (NETO & MACIEL, 2008). A visão mesmo que romantizada dos autores sobre um projeto que alinhava-se ao projeto da colonização política contribui para que possamos compreender que o projeto da Ordem Jesuítica não era somente catequizar os indígenas e salvar suas almas mas de contribuir para a inculcação de uma cultura de servidão, trabalho, “modernidade” que é apresentado por

¹ RINALDI (2014) nos apresenta as diferenciações das escolas e das casas de ensino, primariamente o que existiu no Brasil foram as casas de ensino: aquelas que restringiam-se ao ensino das primeiras letras. Já a escola veio a surgir posteriormente com a separação das casas de ensino, que seriam destinadas à comunidade indígena, e das escolas, que serviam aos filhos dos colonos e ofertavam cursos de humanidades possibilitando adquirir formação em Filosofia e Teologia.

² Compreendemos que a História da Instituição Escola no Brasil inicia-se com a chegada da Ordem Jesuítica por compreender a instituição escola como um aparato colonial, entretanto, atentamo-nos a pensar que os povos que habitavam o que hoje chamamos de Brasil possuíam conteúdos, processos, metodologias e técnicas que compunham um sistema de ensino e aprendizagem.

³ Termo utilizado para caracterizar os não cristãos.

Teixeira Soares (1961, p. 142) como uma forma de: “Refazer o homem, infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidades sociais e religiosas, foi a ação da Ordem.”

A Ordem Jesuítica portanto, como uma forma de facilitar a dispersão do seu projeto de transformação social direcionou a fundação da primeira Escola em Salvador – Bahia (1549) sob supervisão do Padre Manuel da Nóbrega; mais tarde são fundadas escolas em São Paulo de Piratininga (1554), no Espírito Santo e em Porto Seguro, dispersando portanto a instituição colonial escola.

A prática pedagógica da instituição colonial escola era baseado, portanto, no documento *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, mais conhecido por *Ratio Studiorum*, documento composto por 467 regras que deveria organizar as ações do processo de ensino e aprendizagem de todos os agentes envolvidos no processo. (TOYSHIMA; MONTAGNOLI; COSTA; 2012, p. 4)

Tais regras baseavam-se nos seguintes princípios da Ordem Jesuítica:

“1) a busca da perfeição humana por meio da palavra de Deus e a vontade dos homens; 2) a obediência absoluta e sem limites aos superiores; 3) a disciplina severa e rígida; 4) a hierarquia baseada na estrutura militar; 5) a valorização da aptidão pessoal de seus membros” (NETO & MACIEL, 2008)

Segundo os mesmos autores as peculiaridades do ensino da Ordem Jesuítica constavam “a centralização e o autoritarismo da metodologia, a orientação universalista, a formação humanista e literária e a utilização da música”

Dentre os processos pedagógicos informados por TOYSHIMA & MONTAGNOLI (2012) que nos interessa apontar neste artigo se destacam a nomeação de um auxiliar de classe, o que hoje chamamos de representante de classe, que era intitulado de decurião que eram escolhidos através do seu desempenho escolar e “mérito pessoal”; ele deveria auxiliar o professor em suas atividades, organizar a sala, manter a disciplina da mesma, se atentar para a limpeza da sala, assim como dividir grupos para apresentação de trabalhos e a passagem de correção de lições.

Os castigos corporais não compunham o rol de preferências da ordem jesuítica como o próprio documento *Ratio Studiorum* nos atenta, entretanto, os castigos corporais não foram suprimidos, podendo ser aplicados quando outros meios de castigos não

⁴ Seguiu-se uma orientação de não utilização de um termo universal para qualificar diversas expressões de gênero tendo como referência a Teoria Queer de Judith Butler, a tentativa inicial é de abarcar os diversos gêneros na escrita de forma a não ocultar uma em detrimento de outra.

tenham sido suficientes. Para além dos castigos corporais, fruto de uma disciplina militar, nos chama a atenção o incentivo a disputa e competição que foi permeado através das competições de redação que concedia títulos honoríficos e davam direito a sentar-se nas primeiras cadeiras da sala, além de serem premiados em sessão pública contando com autoridades locais e familiares. Eram premiados também dois estudantes que melhor apreenderam a doutrina cristã como uma forma de incentivar os estudantes a colonizarem-se. (TOYSHIMA & MONTAGNOLI, 2012, p.9)

Tais apontamentos sobre a Educação da Ordem Jesuítica e suas metodologias pedagógicas nos coloca a pensar em dois pontos: o primeiro é que a escola constitui-se enquanto uma ferramenta do processo colonizador religioso, político e moral que constitui-se uma amalgama inseparável; e segundo é nos questionar os papéis do ambiente escolar no que tange a atualidade; será que a escola corresponde somente a um aparelho de manutenção do *status quo* e da colonialidade?

Colonialismo e Colonialidades no ambiente escolar: um debate sobre as ocupações secundaristas e a perspectiva dos estudantes

Recentemente muitos debates têm sido realizados no quesito de compreensão do processo colonial e das colonialidades que ainda nos aflige. A imersão de autorxs indígenas, mulheres, pretxs perfurando a bolha das instituições coloniais, colocou a sociedade a repensar a realidade social de outrxs sujeitxs e rejeitar os ideais do sujeito universal, moderno e em alguns critérios da meritocracia. Coube a eles praticarem a alteridade e respeitar aquelxs que tem arrombado as portas dos espaços em que nunca foram recebidxs.

O ambiente escolar não foi diferente, estudantes secundaristas e universitários acompanhados de professores e da comunidade escolar, iniciaram um processo de questionamento das estruturas escolar que foi impulsionado pela transferência da gestão escolar para Organizações Sociais e que resultou na primeira onda⁵ de ocupações secundaristas em Goiás. Se inicialmente o único motivo da ocupação seria barrar o

⁵ O professor Luís Antônio Groppo (2018) no livro “O movimento de ocupações estudantis no Brasil” tem separado as ocupações secundaristas em duas etapas: a primeira consiste nas ocupações que ocorreram no final do ano de 2015 e primeiro semestre de 2016, que tinham pautas diferenciadas pois dependiam da realidade local dos respectivos estados. Já a segunda etapa contou com ocupações estudantis que lutavam contra a proposta de Reforma do Ensino Médio e a PEC 55 de contenção de “gastos”, essas ocupações foram realizadas visto uma pauta homogênea e foi realizada em quase todos os Estados brasileiros.

edital de transferência da gestão escolar para as Organizações Sociais, ao longo do processo os estudantes perceberam que suas reivindicações extrapolavam a pauta inicial.

Foi nesta perspectiva que buscamos compreender as insatisfações dos estudantes com o atual sistema educacional goiano, e percebemos as incongruências do ensino, e a perpetuação de uma instituição colonial, anteriormente auxiliadora da colonização e agora perpetuadora da colonialidade. Edson Kayapó, em gravação para o Mekrukadjá nos incita a refletir sobre a instituição Escolar, e nos apresenta que sempre devemos desconfiar desta instituição. Seu lugar de fala como indígena é específico, entretanto, nos possibilita entender a necessidade das identidades subalternizadas desconfiar e refletir sobre estas instituições.

Falta muito ainda para a educação para a diversidade e compreensão das demais culturas ser inserida no ambiente escolar a fim de conseguir lidar com concepções que divergem de uma visão eurocêntrica. E é nesta perspectiva que xs estudantes secundaristas durante o processo de ocupação do Colégio questionaram as colonialidades presentes na estrutura social, nas instituições e no habitus primário delxs mesmxs.

Como romper com as colonialidades: o que falta debater no âmbito da escola e como isso foi encaminhado nas ocupações?

Percebendo as movimentações durante o processo das ocupações, e lendo algumas teses e dissertações podemos perceber que o incomodo parece ser muito semelhante. A ausência de debates sobre gênero, sexualidade, etnia, racialidade e diversidade, tem incomodado sujeitxs que não configuram-se enquanto privilegiados em uma sociedade que privilegia sujeitos universais que são coagidos pelas instituições, mas que estão inseridos nestas instituições.

Devemos concordar com Faria (2018) ao dizer que a instituição “escola tem se silenciado muitas vezes no que tange a discussões de gênero e sexualidade”, mas também, tem silenciado-se no que tange a discussão racial, e da diversidade. Devemos lembrar que na maior parte das escolas a discussão racial é apresentada somente nos meses de novembro para a “comemoração” do Novembro Negro, e nos é esquecido uma

verdadeira formação para a compreensão da contribuição dxs pretxs diaspóricxs para a formação do Brasil.

Essas inquietações e reflexões foram apresentadas pelos estudantes secundaristas que buscaram através da sua organização nas ocupações e com auxílio de professores diminuir a ausência destes conteúdos em suas formações. Organizando-se em comissões (Figura 1) para melhor funcionamento e cuidado com o ambiente escolar, os estudantes colocaram em pauta colonialidades do ser, saber e poder (QUIJANO, 2007); questionando o machismo, a lgbtfobia, o racismo e o racismo religioso, a misoginia, as divisões de trabalho, o currículo escolar, as metodologias de ensino, a estrutura do ambiente escolar, sua organização a base de uma disciplina exacerbada, os valores disseminados como a competitividade e a individualidade ao invés da coletividade e auxílio mútuo, a ausência do Estado para com os mais necessitados, a desigualdade social, e vários outros assuntos que mereceram um momento de atenção dos estudantes.



Figura 1 – Organograma das comissões de organização do ambiente escolar.
Fonte: Elaboração do autor.

O primeiro passo dos estudantes secundaristas foi a negação do que acreditavam ser incoerente. Negaram-se a construir uma ocupação que colocasse meninas na cozinha e na limpeza enquanto meninos cuidavam da segurança e das mídias; negaram-se praticar LGBTfobia mesmo que em muitos momentos alguns nós tiveram que ser desatados; negaram-se a reproduzir preconceitos religiosos; negaram-se a reproduzir “sistemas de dominação” (PELÚCIO, 2012) e negaram-se a seguir um currículo e pensaram em novos debates necessários que a escola ainda não conseguia abarcar. Construíram de fato uma nova perspectiva do modelo de ensino.

Conseguiram aglutinar em uma mesma roda de conversa pessoas de diferentes idades, aprenderam que qualquer pessoa pode nos ensinar algo assim como apreender

conosco (bell hooks, 2013), descobriram a necessidade do amadurecimento intenso e rápido, deleitaram-se com o incentivo a coletividade, auxílio, cuidado um com os outros, união, compreensão e dividiram histórias, momentos, choros, alegrias e afeto.



Figura 2 – Oficina de Dança Circular e foto circular de alguns ocupantes do Colégio Polivalente Frei João Batista.

Fonte: Arquivo Pessoal de Felipe Silva de Freitas

Romperam com uma lógica do homem moderno racional de uma educação individual, competitiva e que deve inserir os valores do homem universal⁶, mostrando a sociedade novas possibilidades de desenvolvimento do sistema educacional com base no cooperativismo e ressignificação da Cultura Escolar (JULIA, 2001), dos espaços do ambiente escolar, conquistando a escola como um território de resistências dos estudantes secundaristas e tornando-a um lugar (YI-FU TUAN, 1983) assumindo afetividade e responsabilidade com o espaço escolar.

Foi no cotidiano que as rupturas foram sendo enfatizadas, quer a relação com o espaço escolar foi sendo moldada e os estranhamentos foram se encaixando. Foi no cotidiano que estudantes modificaram as suas formas de agir e reagir, a Cultura Escolar, ressignificaram os espaços, alteraram o currículo por um curto período de tempo, e construíram uma escola com os rostos e as mãos de quem realmente estava ocupando.

⁶ Ao longo da construção da Modernidade nos foi apresentado o modelo de homem que deveríamos nos espelhar; algumas características nos chamam mais atenção como a racionalidade e objetividade, entretanto o homem universal restringe-se a somente uma possibilidade de homem, negando assim a possibilidade de existência de várias outras possibilidades.



Figura 3 – Conversa com a Sub Secretária de Educação Macroregião Anápolis e 1º Roda de conversa da Ocupação do Colégio Polivalente Frei João Batista.
Fonte: Arquivo Pessoal de Felipe Silva de Freitas

Considerações finais

A primeira onda de ocupações secundaristas no Estado de Goiás, ocasionadas por uma decisão unilateral do Estado de transferir a gestão financeira das escolas para Organizações Sociais, podem ser consideradas uma verdadeira vitória do movimento estudantil goiano. Se por um lado os estudantes secundaristas conseguiram barrar o Edital 001/2016, a vitória foi ainda maior no que tange a formação dxs ocupas durante cerca dos dois meses que se fizeram restritos ao ambiente escolar.

As discussões referentes as identidades subalterinizadas e o epistemicídio presente na instituição escola foram presentes a todo momento da ocupação, dando destaque a uma reflexão de que tipo de escola os estudantes secundaristas queriam construir. Ficou claro a inversão de valores que imperam na escola durante o ano letivo, e os valores que imperaram durante o processo de ocupação que foi explicitado ao longo do texto, e que nos possibilita compreender a ocupação como um espaço de enfrentamento não só ao Estado, mas também as colonialidades presentes na amálgama do nosso ser.

As ocupações secundaristas ao territorializarem a escola, possibilitou aos estudantes um processo aproximação, responsabilidade com o espaço escolar e com o processo de ensino e aprendizagem que perdurou após o encerramento das ocupações (GROPPO, 2018). A formação política enquanto cidadãos/cidadãs possibilitou a melhor participação na pólis e a compreensão política das intencionalidades e ações. Vivemos um verdadeiro curso intensivo de formação humana.

Pode-se, portanto, dizer que as ocupações foram compostas por um grupo de pessoas que prezavam o respeito a diferença, dando ênfase a pautas dxs subalternizadxs, o que possibilitou um processo de aprendizagem e respeito com a diferença, distanciando dos preconceitos que nutrimos. Continuo afirmando que as ocupações foram vitoriosas, pois conseguimos através das ocupações auxiliar estudantes em seus processos formativos enquanto cidadãos/cidadãs, e complementar suas visões de mundo.

Se por um lado as ocupações secundaristas pouco influenciou na realidade da escola após o seu término, não podemos dizer o mesmo no que tange a vida das pessoas que participaram deste processo e de suas respectivas famílias e círculo social. Ficou evidenciado com o acompanhamento da vida dos ocupas que as ocupações conquistaram um espaço de extrema importância na vida dxs pessoas que dela participaram, entretanto o reflexo no cotidiano escolar do que aconteceu diariamente na ocupação foi pouco efetivo. A prática docente continua engessada na ótica da realização do que é mais fácil, e a ausência de vontade e estímulo para a alteração de metodologias impossibilitaram que o processo de ensino e aprendizado configura-se de forma mais democrática.

O sistema educacional brasileiro ainda é permeado por muitos valores e metodologias disseminadas no período colonial pela Ordem Jesuítica; e a escola em muitos momentos continua sendo a ferramenta disseminadora/mantenedora do colonialismo/colonialidade respectivamente pensada por um grupo dominante. É necessário portanto que possamos questionar a instituição escola, seus valores e o quais epistemologias têm sido privilegiadas neste ambiente que ainda é muito hostil para determinadas identidades.

Referências

- BALDINO, Maria & FREITAS, Felipe Silva. Movimento de Ocupação de Escolas Públicas – Jovens estudantes contra a gestão da escola pública por organizações sociais. **Revista Educativa**. v. 19, n.1, p. 902 – 926, set./dez. 2016.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- CARNEIRO. Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/>

2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf. Acesso em 20 abr. 2018.

CARVALHO, José Rodrigues de. **Ensino de Geografia, discursos e o espaço cultural escolar**: diferenças e identidades etnicorraciais e regionais em escolas públicas de Redenção, Pará. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

FARIA, Ruan Pinheiro do Nascimento. **Concepções de Gênero e Sexualidade no Ensino de Geografia em Escolas Públicas** de Goiânia, Goiás. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais (IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

GROPPO, Luís Antônio; COSTA, Adriana Alves Fernandes (org.). **O Movimento de Ocupações Estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em Revista**. n. 31. Curitiba, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA TOYSHIMA, Ana Maria da; MONTAGNOLI, Gilmar Alves; COSTA, Célio Juvenal. Algumas considerações sobre o *Ratio Studiorum* e a organização da educação nos colégios jesuíticos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSOS CIVILIZADORES, **Anais eletrônicos** [...], 14, 2012, Londrina-PR. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao_Oral/Trabalhos_Completos/Ana_Toyshima_e_Gilmar_Montagnoli_e_Celio_Costa.pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.

RINALDI, Renan Amauri Guaranha. **Missões, colégios e aldeamentos jesuíticos no Brasil Colônia**: ocupação territorial das Capitanias do Sul (1549-1759). 2014. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/122>. Acesso em: 14 nov. 2020.

PODCAST Itaú Cultural. Edson Kayapó – Mekukradjá. [Loucação de]: Daniel Munduruku. Itaú Cultural. 28 out. 2019. *Podcast*. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/edson-kayapo-mekukradja>. Acesso em: 14 nov. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: **El Giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Santiago Castro-Gómez; Ramón Grosfoguel (orgs.). – Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidade Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Rev. Contemporânea**, São Carlos, v. 2, n. 2 p. 395-418 Jul./Dez. 2012. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89>. Acesso em: 14 nov. 2020.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-44, Jan./Jun. 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 14 nov. 2020.

Tuan, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** 1930. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.